

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM FORÇAS DE PAZ INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA MEMÓRIA E A PSICO-SOCIOLOGIA DOS GRUPOS SOCIAIS.

Fabiano Luis Bueno Lopes¹

Este trabalho pretende articular os conceitos sobre memória que estarão presentes em nossa pesquisa sobre a experiência histórica dos membros da Associação dos ex-Integrantes de Forças de Paz da ONU – os Boínas Azuis. A associação que analisamos foi fundada por ex-integrantes da I UNEF, no Oriente Médio, enviadas pelo Brasil por ocasião dos trâmites bélicos entre Egito, de um lado, e Israel, Grã-Bretanha e França, de outro, no ano de 1956. Conforme vimos, após o convite da ONU, houve a determinação do governo brasileiro de envio de uma força de efetivo de batalhão, sendo acionado o III/2º Regimento de Infantaria (III/2º R.I.) para execução da missão. As tropas brasileiras ficaram conhecidas como “Batalhão Suez”, codinome concedido pela imprensa na época e que até hoje identifica a missão. Foram vinte contingentes ao longo de pouco mais de dez anos, até meados de 1967, quando se encerra a missão com a deflagração da Guerra dos Seis Dias. Após o retorno, uma vez que o contingente empregava militares de começo de carreira e recém recrutados, os soldados e cabos são desligados do exército e apenas os profissionais prosseguem a carreira militar. Ao longo dos anos, esse grupo social passa a ter contatos e vínculos com veteranos de outras missões de paz com participação brasileira, como por exemplo, Angola, Congo, Timor Leste, e mais recentemente militares que retornaram do Haiti.

Importa-nos neste trabalho identificar e teorizar as motivações que levaram o grupo social a tomar determinadas decisões, bem como identificar as motivações para os empreendimentos e manifestações. Para tanto, buscaremos articular as leituras realizadas anteriormente concernentes a questão da memória com novas leituras relativas a aspectos vinculados à psico-sociologia, ou o que Pierre Ansart chama psicologia da história.

¹ Doutorando no Curso de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Paraná

1 ASSOCIAÇÕES DE VETERANOS

Em finais da década de 1970, iniciam-se as primeiras tentativas destes indivíduos de organizarem-se em associações. Percebemos algumas formas de atuação presentes nas associações estudadas. Uma delas de carácter contestador e reivindicatório, visando a conquista de direitos e benefícios aos ex-combatentes. Por outro lado, vê-se o desejo de confraternização, presente em vários outros grupos sociais, cujo objetivo está relacionado a um terceiro motivo para os encontros, em que se percebe a tentativa multifacetada de manter viva entre a sociedade a chama da memória comum da qual compartilham. Entendemos, porém, que ambas se articulam e se complementam, servindo umas às outras de modo recíproco e complementar.

Antes desta análise cabe analisar a aplicação das teorias de psicologia social ao tema da memória de veteranos militares. Geralmente o que se estuda são veteranos de guerras. Apesar de tratar-se de forças militares de paz, entende-se que a natureza de missão militar, de expedição, permanece. Desta maneira, pode-se aplicar as teorias relativas, pois ao saírem em missões, esses soldados estarão vivenciando episódios incomuns e que passarão a interferir nas suas formações mental e sentimental. Freud analisou este tipo de atitude tendo em vista o carácter do inconsciente coletivo, buscando na psicanálise explicações para fenômenos sociais. Em *Psicanálise da guerra*, entende que a saída para a guerra, para uma missão, pode ser entendida como sendo a extrapolação dos sentimentos intrínsecos e ocultados pela conduta cultural e moral proveniente da formação do sujeito.²

A saída ocorre em nome de um ente coletivo, um Estado, por exemplo, acima de suas vontades e anseios individuais.³ Desta maneira, toda coragem, determinação, obediência, etc... dá-se em nome da nação e da instituição que o recrutou. Ao retornar, os fatos vivenciados passam a ser vistos novamente com o olhar de indivíduo. Essa conjuntura na maioria das vezes atrai para o veterano, principalmente ao combatente, uma gama de sentimentos como a culpa, o remorso, o ressentimento, o repensar das situações, além de que se vê desamparado por aquele Estado provedor que o contratou e o comissionou. Assim como o horror da guerra ou as dificuldades de uma missão são motivos coletivos que afastam o indivíduo de sentir-se culpado sozinho, a reorganização

² FREUD, S. *Psicanálise da guerra*. Ed. San Remo: São Paulo, s/d. p. 19 -62. Ver também FREUD, S. *El Porqué de la guerra*. Carta enviada à Albert Einstein, 1932.

em grupos sociais também tornam a superação das dificuldades pós-eventos mais fáceis e suportáveis. Mesmo porque, o que geralmente se percebe é que não se reúne para lamentar os eventos, mas sim para comemorar. Assim como o oficialato das instituições participantes dos eventos superam suas crises individuais através da formação de uma memória positivista forjada, os soldados e outros agentes buscam na formação de um grupo coeso e de um discurso e identidade comuns a coletivização de seus sentimentos. Portanto, grupos sociais, segundo Freud, formam-se graças a um ego comum.

1.1 Caráter reivindicatório.

Analisando a questão do caráter de solicitação inerente às intenções na formação do grupo social, nota-se a relação entre os sentimentos individuais e o caráter político de suas práticas sociais. Desta maneira, incluímos em nossas análises o viés da psicologia social ou psicologia da história. Esse sentimento estaria relacionado a uma decepção com o Estado, com a instituição à qual serviram e que em determinado momento da vida percebem-se desamparados, buscando extrapolar os rancores e ressentimentos nas manifestações em grupo, uma maneira de serem notados pelas entidades superiores que um dia os esqueceram. Veremos a seguir a questão do esquecimento.

Segundo Nietzsche, a expressão dos sentimentos por um grupo social é proveniente de uma cumplicidade existente entre os membros desse grupo, que sentem-se, unanimemente injustiçados ou hostilizados, criando dessa forma suas manifestações, que seriam "explosões de sentimento".⁴ Pierre Ansart, ao dissertar sobre o assunto, percebe nestas ações dos grupos sociais a formação de solidariedade afetiva que permite a formação de um pensamento coeso e uma forte identificação de cada indivíduo com o grupo. É o que veremos a seguir ao entendermos a formação de uma identidade comum aos indivíduos formadores do grupo. Daí a facilidade de reagrupamento e do sucesso em dar sentido a uma organização deste tipo.⁵

³ FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas*. Rio de Janeiro. Imago, 1970

⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

⁵ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. (orgs.) *Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 22.

1.2 Confraternização

Por outro lado, indivíduos com um mesmo objetivo passam a compartilhar momentos juntos. Percebemos assim que parte das manifestações (explosões de sentimentos, conforme vimos) são expostas em forma de comemoração. Datas relevantes, eventos importantes, entre outros, são oportunidades de reunião e confraternização, reencontro e manutenção de uma memória a partir de um mesmo sentimento.

1.3 A Memória

Segundo o historiador Henry Rousso, a memória “constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.⁶ Um elemento que pretendemos analisar é justamente o esforço empregado pelas associações de veteranos de missões de paz para estabelecimento de uma função no presente, em relação a um passado comum entre seus membros. Buscaremos uma intervenção através da análise deste esforço, pois entendemos ter havido a produção de uma memória particular ao longo dos anos, de uma identidade comum aos participantes e até mesmo a formação de um discurso “oficializado” e relativa e aparentemente coeso. Essa identidade comum parece buscar, segundo Antonio Simão Neto, “fatores comuns, elementos repetidos, que orientam a constituição das identidades, que se prestam em primeiro lugar a mascarar as diferenças e a ocultar os conflitos, em nome de algo comum, transcendente, a-histórico”.⁷

A chamada seleção documental para nossa pesquisa perpassa pela concepção de Jacques Le Goff sobre o documento/monumento, no que diz respeito à escolha de outras formas de documentos para serem entendidos como fontes de análise. Apreendemos que por haverem múltiplas formas de manifestação por parte do grupo social analisado, pode-se fazer uma ligação destes “documentos monumentalizados” a uma tentativa de perpetuação na História, enquanto legado que representam à uma memória coletiva intencionalmente formada.⁸

⁶ ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 95.

⁷ SIMÃO NETO, A. Nova História, Novo Museu? In: *História: Questões e Debates*. Ano 9, n. 17. Curitiba, Dez. 1988. p. 258

⁸ LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi* v. 1, Memória/História. Porto : Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 95 - 106.

Através da diferenciação apresentada por Le Goff entre monumentos e documentos, vemos que os primeiros estariam ligados a uma totalidade de registros que produzem amplas e complexas lembranças sobre o evento do qual os indivíduos participaram. Os documentos, por sua vez, estariam ligados aos elementos que ao longo do tempo tornaram-se fruto de escolhas por parte do grupo social para se tornarem oficializadores de uma memória.

Utilizaremos, assim, documentos de variadas tipologias, ou seja, as fontes para a pesquisa apresentam suportes distintos, justamente pela escassez de documentação no suporte tradicional, escrito, buscou-se uma espécie de “garimpagem” das possibilidades de análises e até mesmo da produção das fontes para responder aos problemas apresentados. Desta forma deparamo-nos com fontes escritas e orais, material iconográfico como desenhos, fotografias, símbolos, comemorações enquanto produtos de diferentes eventos, discursos, acervos museológicos, monumentos públicos, dentre outras formas de expressar determinada memória.

Entendemos como importante para o trabalho a definição do conceito voltado para uma perpetuação, voluntária ou involuntária, que determinados grupos sociais buscam legar. Percebemos que uma das estratégias importantes, por exemplo, utilizadas pelas associações de veteranos é a ereção de monumentos, de várias espécies, na tentativa de materialização da memória e da representação simbólica de certos conceitos, visando a perpetuação de um lugar próprio, fisicamente elaborado, na história das sociedades. Além disso, Le Goff aponta para a monumentalização como uma das transformações ocorridas com a memória coletiva ao longo dos anos, pois representaria uma tentativa de perpetuação das lembranças ligadas à utilização da escrita quando vinculadas a dois aspectos principais: “o armazenamento de informações para registro temporal e espacial e o da garantia da passagem da esfera auditiva para a visual”.⁹

Pretendemos com nossa pesquisa “analisar as condições de produção” destes documentos-monumentos.¹⁰ O que passa a ser tomado como “verdade histórica”, entendemos como algo construído pelos grupos sociais com o caráter da associação estudada, e que está ligado ao processo de eleição e de conformidades presentes nos procedimentos pelos quais os documentos são transformados em monumentos, ou vice-

⁹ LE GOFF, J. Memória. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., p. 17

¹⁰ LE GOFF, Documento/Monumento. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., p. 104

versa. Por exemplo, para definir os fatores presentes nas “invenções dos monumentos”, Márcia Scholz de Andrade Kersten, citando Riegel, observa a existência de valores agregados aos monumentos, o que entendemos como elementos presentes nas tentativas de atribuição de importância histórica aos mesmos, igualmente passando a fazer parte de uma tentativa daquilo que a autora chama de “rememoração intencional”.¹¹

Para Le Goff, tal intencionalidade por parte dos grupos sociais está ligada à utilização dos documentos nas relações de poder para transformá-los em monumentos, sendo tal atitude o resultado do esforço empregado para impor ao futuro determinada imagem de si próprios que se quer legar.¹² Nosso esforço, por sua vez, estará ligado ao trato destes documentos/monumentos para extrair da memória existente e produzida, elementos com os quais seja possível elucidar historicamente as ações do grupo social em questão.

Pode-se entender esta tentativa de perpetuação das lembranças através dos monumentos como uma forma de manifestação pública da memória, na busca por explorar as condições físicas das cidades, por exemplo, para inserir sua participação na História. Ambientes urbanos tornam parte desta memória de um pequeno grupo como parte da memória da população em geral. Seja ela manifesta nas relações do grupo social com a instituição da qual fizeram parte, no caso, o Exército Brasileiro, pois parte desta monumentalização ocorre graças à existência desta harmonia, seja ela referente ao papel desempenhado pelo Estado Nacional, quando em acordo com os poderes estabelecidos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

Entendemos, portanto, que a memória de um indivíduo, ou de um grupo, está inserida “num contexto familiar, social, nacional,”¹³ sendo, portanto, toda memória, como definiu Maurice Halbwachs, uma “memória histórica”¹⁴ e por consequência, coletiva. Vemos, assim, que praticamente toda a memória produzida por uma associação de veteranos estará vinculada ao grupo social mais amplo ao qual pertencem os indivíduos, formando-se desta maneira o que Halbwachs denominou de memória social. Segundo ele, as memórias dependem dos grupos, das memórias familiares, não existindo

¹¹ KERSTEN, M. S. de A. *Os rituais de Tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938 e 1990*. Curitiba: UFPR, 2000. p. 36-38.

¹² LE GOFF, Documento/Monumento. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., 103 – 104.

¹³ ROUSSO, op. cit, p. 94.

¹⁴ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

individualmente, mas coletivamente, retomando e repetindo discursos tidos por verdadeiros e que não denigram a coletividade. Ao mesmo tempo complementares e concorrentes, história e memória devem ser entendidas pela relação que estabelecem com o passado, com o presente e entre si. Nesse sentido a História, segundo aponta Le Goff, “constitui para o grupo social a conquista do seu passado coletivo”.¹⁵ Daí a importância dos estudos sobre a (re) inserção ou (re) integração social dos indivíduos, após o término de suas missões militares.

A oposição entre memória histórica e memória social baseou estudos fundamentais nesta área, nos últimos anos. Os estudos de Halbwachs salientaram que a memória histórica começa onde termina a memória social da coletividade. Os trabalhos de Pierre Nora, por sua vez, aprofundaram essa oposição até apontarem para o desaparecimento da memória: em face do ataque da “história dos historiadores” às manifestações da memória “espontânea” e, também, em decorrência do afastamento acelerado das experiências de transmissão e recomposição do passado, pelas comunidades sociais, estas acabaram por fixar “lugares de memórias”¹⁶, espaços não necessariamente físicos ou materiais, mas que propõem preservar a memória, em modo histórico.

A importância do papel dos bens históricos materiais na constituição, formação e integração das memórias, suscita uma análise mais aprofundada da questão, tendo em vista o fato dos veteranos de Suez possuírem acervos históricos importantes para contribuir nesta construção. Além da produção de textual e intelectual em torno de acontecimentos, outra marca dos chamados “enquadramentos da memória” são os objetos materiais. A preocupação com a extinção física instiga veteranos militares a refletirem e discutirem sobre o destino dos acervos e patrimônios acumulados.

Segundo o historiador militar Francisco Ferraz, de todas as possibilidades, “o destino menos incerto parece ser seu encaminhamento e gestão para instituições culturais e históricas”¹⁷ na percepção da necessidade de sua preservação. O que percebemos em nossa pesquisa quando analisamos as formas de organização material dos veteranos é a tentativa de organização dos acervos em museus, ou a ereção de monumentos construídos em espaços geralmente “conquistados” pela Associação. Arquivos, museus,

¹⁵ LE GOFF, Memória. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. op. cit., p. 20.

¹⁶ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993, p.07-28.

¹⁷ FERRAZ, op. cit., 2002. p. 9.

memoriais, monumentos e centros históricos, até a construção de símbolos, cerimônias, rituais, comemorações e canções, localizados tanto no passado quanto no presente constituem-se também, segundo Pierre Nora, esses “lugares de memória”.

Além dos espaços físicos, vemos “lugares de memória” com outras tipologias, como por exemplo, algumas cerimônias e comemorações. Exemplo de análise deste tipo de manifestação é o trabalho de Oliveira, em que descreve em um artigo as cerimônias realizadas pelos veteranos da FEB em torno das comemorações referentes aos sucessos na II Guerra Mundial, questionando a relação entre e a importância histórica dos eventos comemorados e a participação da sociedade nas comemorações.¹⁸ De acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses, podemos associar “o estudo (...) das cerimônias como traços mnemônicos”. Citando Paul Connerton, autor que entende a “problemática das cerimônias comemorativas como ações performáticas, do hábito, dos automatismos corporais”¹⁹, Meneses faz referência à importância desses instrumentos presentes nos quadros formadores da memória.²⁰

Entendemos que a apropriação e a conquista destes “lugares”, bem como a formação e a multiplicação de tais ícones, são estratégias eficientes das associações para atingirem alguns de seus objetivos. Segundo Francisco Ferraz,

Os dispositivos de comemoração, como a construção de monumentos e memoriais aos mortos, as visitas turísticas aos campos de batalha e aos cemitérios militares, a iconografia de pós-guerra (como pinturas, esculturas, cartões postais, filmes comerciais e documentários), as publicações das associações de ex-combatentes, suas cerimônias, a exposição das variadas representações históricas contidas nos museus dedicados às guerras, a historiografia profissional e amadora sobre as guerras, enfim, todas essas fontes documentais contribuem para o melhor entendimento de como o evento (...) foi e é lembrado pelas gerações posteriores, e como estas memórias e esquecimentos são produtos de negociações permanentes entre os vários sujeitos envolvidos.²¹

O emprego da metodologia adotada por este autor pode ser de utilidade para este estudo pelas seguintes razões:

¹⁸ OLIVEIRA, D. de. *Cultura e Poder nas cerimônias militares das Forças Armadas brasileiras: o caso de Monte Castelo*. Revista Eletrônica Academia Montese. Disponível em: www.academiamontese.rg3.net Acesso: 11 set. 2002.

¹⁹ CONNERTON, P. *How societies remember*. Cambridge: University Press, 1989. p. 36.

²⁰ MENESES, U. T. B. de. História, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n.34, 1992. p. 20.

²¹ FERRAZ, op. cit., p. 20-21

a) o fato de o autor estar referindo-se à associações de veteranos militares no caso ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, entendemos como relevante o fato de que as estratégias adotadas pelas associações de ex-combatentes em nível mundial servem como exemplo para o caso da associação com a natureza que estamos estudando.

b) A experiência histórica vivida pelos ex-integrantes da FEB²², bem como as formas de organização das associações, faz com que sirvam de exemplo para as ações e estratégias dos Boinas Azuis. Por exemplo, em um depoimento concedido ao autor, um ex-integrante da I Força de Emergência das Nações Unidas, atuante nas atividades da Associação desde sua formação, afirma ter se espelhado, em vários aspectos, nos veteranos da Legião Paranaense do Expedicionário (LPE), para formação e desenvolvimento da organização.²³ Vemos assim que o conhecimento de outras histórias seleciona as ações e objetivos que a Associação visa atingir.

c) A referência às “negociações” parece ser o termo chave para a atuação das associações com esse caráter, pois o que se percebe são constantes solicitações por espaços, físicos ou não, para manifestações de suas memórias. Vale lembrar que o fato de tornarem-se um modelo é proveniente dos esforços bem sucedidos da LPE nas negociações e conquistas ao longo dos anos, seja perante a sociedade, com as Forças Armadas ou com o Estado. É possível, portanto, perceber, em certa medida, um padrão de relacionamento institucional semelhante.

d) Outro fator relevante diz respeito à discussão sobre ressentimentos e reivindicações, presentes no início deste trabalho. Ambos os grupos sociais sentem-se dignos de retratações e amparos do Estado que os contratou no passado. Ao sentirem-se abandonados criam formas de manifestações para exporem seus sentimentos. Desta maneira, pode-se identificar um certo padrão de conduta em associações de veteranos, no que diz respeito as ações provenientes das relações entre indivíduos pertencentes a grupos sociais e instituições.

Bezerra de Meneses, ao mapear as diferentes manifestações da memória entre as

²² Dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, após o retorno da missão na Segunda Guerra Mundial, vários deles permaneceram vivendo no Paraná e organizaram-se com objetivos de se associarem. Sobre este grupo, ver trabalho recente de NASS, Sirlei de Fátima. *Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses. (1943 – 1951)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005

²³ BAÇON, Isidoro. *Entrevista*. Curitiba, 03 jul 2004

Ciências Sociais, menciona a importância das assim chamadas representações sociais. Segundo ele as “casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, coleções, publicações especializadas” constituem movimentos de preservação do patrimônio cultural.” Segundo ele, em primeiro lugar esses locais são fundamentais porque “refletem a salutar emergência da consciência política”: percebemos no caso por nós estudado a clara tentativa de preservação de uma memória, que sem tais ações, seria minimizada, esquecida ou por fim, perdida.

Tais representações teriam como papel, ainda segundo Meneses, realizar uma série de tarefas, dentre elas: “organizar e conservar indicadores empíricos preciosos para o conhecimento de fenômenos relevantes e merecedores de análise e apreensão histórica”.²⁴

Entendemos que primeiramente a relevância e a preciosidade permanecem intrínsecas e limitadas ao corpo social do qual os organizadores desta memória participam, sendo extrapoladas na exata medida em que haja alguma espécie de interesse por parte da comunidade em geral.

Para o mesmo autor, “o presente pode inverter radicalmente o valor original de um objeto passado”. Sinal disso são as motivações pelas quais determinados objetos de estudo negligenciados pelas corporações acadêmicas e científicas passam a ter importância segundo acontecimentos ou motivações hodiernas. Apesar disso, o otimismo presente em Meneses não pode deixar de ser contrastado com a realidade das inúmeras dificuldades e constrangimentos pelos quais operam as associações com esta natureza, questão analisada adiante neste trabalho.

Para nós, a apreciação que se faz respeitante ao caráter das associações de veteranos ocorre no sentido de análise de formação de uma memória que tende a adquirir “força quase institucional”²⁵ que serve, segundo Maurice Halbwachs, para reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva do grupo, usando para designar tal atitude o termo “comunidade afetiva”.²⁶ Entendemos tal afetividade no sentido de indivíduos que participaram de um evento em comum (no caso, em períodos e contingentes diferentes, mas o que os une é o fato de terem uma mesma experiência

²⁴ MENESES, op. cit., p. 9-10.

²⁵ POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

peçoal e histórica), e que passam a compartilhar assuntos que fazem parte de suas memórias individuais. O sentimento de afetividade, segundo percebemos, é construído ao longo dos anos na medida em que suas próprias memórias assumem uma importância coletiva, e que participam, de alguma forma, da memória dos outros. Tal idéia vincula-se aos estudos de Ansart, ao citar os sentimentos comuns como agentes de reagrupamento e fortalecimento de grupos sociais que percebem a necessidade de dizerem algo.²⁷

Jacques Le Goff auxilia-nos na identificação da necessidade inerentes aos grupos sociais, de “especialistas da memória”, representantes da memória de uma sociedade, ou de uma associação, no caso específico que, portanto, assumem uma importância desproporcional em relação a todos os outros, e por isso passam a ser tratados em conformidade com tal valor. Segundo o autor, essa hierarquização faz com que possuam o papel fundamental de manter essa coesão do grupo²⁸ semelhante ao que observa Halbwachs ao mostrar o papel de “aparador das arestas” que alguns sujeitos passam a exercer. Isso implica em “corrigir”, conforme a verdade histórica, ou minimizar atritos entre interesses divergentes. Percebemos assim – e esta é uma de nossas hipóteses – a tentativa de formação de um discurso comum que substitua ou que simplifique as múltiplas, e possivelmente contraditórias, memórias individuais.

Nestas análises surge uma questão fundamental. Tanto a tentativa de construção de uma memória comum quanto a ereção de monumentos e a invenção de comemorações fazem parte da formação de práticas simbólicas a serem examinadas de modo crítico. Da mesma forma que a preservação da memória está intimamente ligada com a seletividade das lembranças, entendemos que o mesmo ocorre com a escolha do que deve ser comemorado e/ou mencionado nas cerimônias, o que é exposto nos museus ou monumentos construídos e o que deve ou não fazer parte das falas coletivas ou individuais.

Segundo a conceituação de Jay Winter e de Emmanuel Sivan, os atores de nossa pesquisa podem ser entendidos como “agentes de memória”.²⁹

Segundo uma suposta hierarquia de importância mencionada pelos próprios

²⁶ HALBWACHS, op. cit., p. 33-36.

²⁷ ANSART, op. cit., p. 22.

²⁸ LE GOFF, Memória..., p. 15.

²⁹ WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.). *War and remembrance in the Twentieth Century*. London: Cambridge University, 1999. p. 17-18.

autores, listamos como mais importantes para os objetivos que pretendemos aqueles agentes mais ligados às ações da associação, entendendo-os como sujeitos participantes mais importantes e influentes nas decisões e conseqüentemente na edificação da memória coletiva do grupo. Entendemos que essa hierarquia não é apenas uma escolha do historiador, mas está também ligada a algumas ações das próprias associações. No nosso caso, por exemplo, verificamos uma política em que se limitam os veteranos autorizados a falar em nome da instituição. Aqui reside um problema importante, pois há hipóteses de que isso acontece com objetivos de construção de um discurso, além de ser uma forma de controlar o que se diz, para que assuntos que possam denegrir a imagem do grupo não sejam mencionados.

Entre os chamados “agentes de memória” há uma questão a ser analisada: a idade avançada dos indivíduos. Vemos que em nossa sociedade o papel social do idoso vem ao longo do tempo perdendo importância, havendo uma desvalorização pessoal gradativa e conseqüentemente suas lembranças são cada vez menos transmitidas.³⁰ Portanto, segundo Ferraz, “todo pesquisador sobre a memória social deve ter para si que, antes de qualquer coisa, seu objeto de pesquisa ou sua fonte documental é, em primeiro lugar, alguém marcado com o estatuto social da velhice numa sociedade que, infelizmente, despreza ou esquece os idosos”.³¹

Por outro lado, os agentes sabem e se aproveitam do fato de que são portadores de biografias pessoais com uma certa relevância histórica, que se inserem, por exemplo, no nosso caso, num conflito mundial, para manifestarem-se de acordo com essa premissa. Somado a isso, entendemos como fator de análise o fato de que uma das motivações para as tentativas de organização e perpetuação da memória por parte dos veteranos militares está no fato de pertencerem a um grupo social em extinção, e podemos entender como uma tentativa salutar de legar algo, com a plena consciência de que possuem pouco tempo para isso.

Percebemos por parte dos veteranos brasileiros, os Boínas Azuis, esta luta contra o esquecimento. Comum à Le Goff estão os apontamentos sobre os esquecimentos e silêncios da História como “mecanismos de manipulação da memória o que entendemos como relevante para nossa pesquisa e que necessita de minuciosa observação e análise.

³⁰ BOSI, E. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 73 e segs.

coletiva”.³²

Entendemos que tal fenômeno faz parte do conceito de amnésia social apontado por Meneses, que percebe o uso da memória como “retenção, depósito e armazenamento”, mas também como algo “dependente de mecanismos de seleção e descarte”. Para ele a memória “pode ser vista como um sistema de esquecimento programado”.³³ Com o tempo esses sujeitos converteram-se nestes chamados “agentes de memória”. Este termo define as “comunidades de memória”, mais especificamente aquelas originadas da experiência traumática das guerras de massas de conscritos do século XX, e no nosso caso, de uma tentativa de construção da paz. Essa “agência de memória” define o conjunto de ações concretas de preservação, manutenção, criação e recriação de recordações públicas sobre um determinado evento.

Outro fator que contribui para a formação dos discursos, em geral, é a existência das chamadas fontes oficiais. Uma coleção intitulada “História do Exército Brasileiro”, dedica algumas poucas páginas para o que eles chamam Missão de Paz no Oriente Médio. Percebemos nesta publicação a tentativa de associar a atuação brasileira com o heroísmo do Exército Brasileiro “no brilhante desempenho de suas honrosas missões.”³⁴ Tais menções revelam a maneira como a operação é lembrada pela instituição Exército Brasileiro. Algo que se pode aferir é para o fato de que as atuações do Brasil no exterior parecem contribuir para a formação de uma boa imagem das Forças Armadas perante o Estado Nacional. Outra face desta memória é a maneira como o Estado, visto como protetor e provedor, responde aos anseios dos veteranos organizados. Apesar do descaso muitas vezes com as questões individuais (amparo financeiro, psicológico, etc...), percebe-se uma atenção dispensada no que concerne aos aspectos institucionais, ou seja, a manutenção de boas e amistosas relações através de concessões relativas sobretudo a divulgação das memórias, principalmente pelo viés positivista. As maiores dificuldades parecem estar presentes quando se trata de negociações dos interesses das associações que dizem respeito à questões jurídicas que envolvam reivindicações dirigidas aos órgãos nacionais competentes em busca de indenizações ou outros tipos de reconhecimentos

³¹ FERRAZ, op. cit, p. 18-19.

³² LE GOFF, Memória..., p. 13

³³ MENESES, op cit, p. 16.

³⁴ BRASIL. Estado Maior do Exército. Missão de Paz Internacional (Exército Brasileiro Instrumento de Paz no Oriente Médio) in: *História do Exército Brasileiro: Perfil militar de um povo*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1972.p. 867-874.

financeiros.

Segundo Meneses, “A memória nacional é o caldo de cultura (...) para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos.”³⁵ No entanto, apesar de conseguirem concretizar vários projetos junto às instituições militares, entendemos como incipiente ou quase inexistente uma análise crítica e bem elaborada por parte das Forças Armadas, ou mais especificamente, por parte do Exército, no que diz respeito a esse assunto. Quando ocorre, infelizmente não há divulgações ou permanece restrito aos centros de estudos e formas de divulgação estritamente militares. Em um levantamento realizado em periódicos do Exército, encontramos alguns poucos artigos que mencionam a questão do Exército envolvido com forças de paz. Porém, não se percebe nenhum específico sobre o “Batalhão Suez.”³⁶

Uma das menções a que memória de veteranos faz referência, presente também em nosso objeto de investigação, são aquelas relativas aos problemas enfrentados pelos militares durante suas missões. Trata-se da questão das reações traumáticas, que são identificadas por Pollak como um elemento capaz de fazer com que as lembranças emirjam segundo determinadas circunstâncias, e que se remetendo ao presente acabam por deformar e reinterpretar o passado.³⁷ O termo “traumatismo” talvez possa parecer descomedido ao tratar de uma força de paz, mas entendemos como “traumáticos” vários aspectos presentes na missão, principalmente os que aparecem como elementos de queixa entre os veteranos de Suez, como por exemplo: a viagem de mais de um mês em navios que alguns contingentes enfrentaram, o afastamento da família e do país, a distância dos locais da missão, o choque cultural vivido pelos militares, as diferenças climáticas do ambiente desértico ao qual tiveram que se adaptar, além do contrastar causado pela monotonia.

³⁵ MENESES Idem. p. 15 Outro trabalho não tanto otimista pode ser visto em PETRY, A. O atoleiro em que o Brasil se meteu. In: *Revista Veja*. Ed. 1883, a. 37 n. 49. 8 dez. 2004. p. 130 – 142.

³⁶ Somente para citar alguns deles: GOULART, M. R. O Batalhão de Força de Paz em Operações. In: *A Defesa Nacional*. Ano 85, nº 783, 1000. Quadrimestre de 1999. p. 95 – 110.; PIRES, L. Os militares a serviço das Nações Unidas. In: *Revista do Exército Brasileiro*. Vol 133, 2. trimestre de 1996. p. 85-88. MARETTI, W. A. *O exército e a política externa brasileira no Brasil contemporâneo*. In: *Revista do Exército Brasileiro*. Vol 133, 2. trimestre de 1996. p. 7-18. Recentemente, por ocasião do envio de uma força operacional para o Haiti, o Exército Brasileiro lançou o assunto como reportagem de capa de uma de suas publicações: A PAZ do Brasil para o Haiti. *Revista Verde-Oliva*. Ano XXXI, nº 181, Abr/Mai/Jun 2004.

Segundo Andrew Boyd, "...a UNEF viu-se mais a braços dados com o tédio que com a tensão..." sendo que a grande maioria dos integrantes permanecia "dedicando-se aos mesmos trabalhos de rotina dia após dia, sob um clima depauperante e longe da pátria."³⁸ Somado a isso, estão as tensões presentes na missão em si, como o fato de estarem servindo de "algodão entre cristais", no complexo conflito entre árabes e israelenses. Conforme vimos, as tropas brasileiras foram estacionadas na fronteira entre Israel e Egito, local de intensas batalhas na chamada Guerra do Sinai, ao qual a I FENU foi designada.

Ao dissertar sobre o trabalho de trazer à tona elementos da memória, Meneses menciona as "lembranças traumáticas que, reprimidas, produzem material patogênico, capaz, todavia, de ser neutralizado na cura psicanalítica"³⁹ Segundo os historiadores Jay Winter e Emmanuel Sivan, o trauma geralmente causa reações semelhantes que fazem com que ocorram bloqueios ou impedimentos para as lembranças de veteranos militares, além do que podemos identificar como modificações ou distorções da memória produzida.⁴⁰ Apesar de válida e relevante, tais reclamações e lamentações podem ser associadas a uma construção ampla de idealizações sobre uma força de paz. Segundo Boyd, existem peculiaridades inerentes a uma força de paz que devem ser enfrentadas pelo soldado da ONU:

O homem da ONU, (...) numa situação difícil, terá de responder a si mesmo a duas perguntas impertinentes: 'Por quem estou a arriscar-me?' e 'Porquê eu?'. Ambas estas perguntas não têm razão de ser para o soldado profissional e disciplinado. Quer se ofereça como voluntário quer o seu regimento seja posto ao serviço da ONU, é possível até que fique satisfeito por um interlúdio activo (sic) numa carreira monótona em tempo de paz; acrescente-se que o perigo faz parte intrínseca da sua profissão.⁴¹

Concomitante a missão no Oriente Médio, ocorria uma força da ONU no Congo, e muitos na época se chocariam ao ver uma força de paz entrando em combate.⁴² As missões da ONU no Congo (ONUC), em Angola (UNAVEM e UNOMUR), em Kosovo,

³⁷ POLLAK, op. cit. p. 5

³⁸ BOYD, op. cit., p.177.

³⁹ MENESES, op. cit., p. 10. Sobre o assunto, outro artigo do autor parece versar mais especificamente sobre a questão da psicologia como instrumento de resgate da memória: MENESES, U. B. Freud Arqueólogo. In: *Atlante*, 3: pp. 60-66, 1990.

⁴⁰ WINTER; SIVAN. op. cit., p. 15 – 16.

⁴¹ BOYD, op. cit., p. 175.

⁴² Idem, op. cit., p. 20.

dentre outras, apontam para dificuldades semelhantes: tensão, abandono, despreparo de tropas, etc.. O que se percebe é que as dificuldades que se apresentam podem ser vistas como algo corriqueiro nas missões de tal natureza, como algo que se estava sujeito enquanto soldado da paz, e que desorganização, descaso, desamparo, ou outros assuntos que vão fazer parte das queixas de veteranos, eram ocorrências que deviam ser enfrentadas.

Ao realizarmos algumas comparações preliminares entre forças de paz, assunto que estará melhor explicado no decorrer de nossa pesquisa, vemos que as dificuldades enfrentadas no Congo, por exemplo, superam sobremaneira os limites da tranqüilidade, havendo ali diversos combates envolvendo tropas da ONUC, com inúmeras perdas de soldados Boínas Azuis.⁴³

Boyd, ao relembrar sobre as missões na Grécia, na Indonésia, na região da Caxemira, na Palestina e na Coréia, afirma que “houve risco em todas estas missões e os ‘homens em campanha’ da ONU sofreram diversas baixas sem ter tido o mínimo papel combativo”.⁴⁴ Em outra ocasião recente, em meados da década de 90, a morte atroz de belgas em Ruanda por soldados hutus despertará a consternação mundial e um questionamento da eficiência das regras básicas das missões de paz.⁴⁵ Na UNEF, o que parece pesar é o já mencionado trabalho psicologicamente exaustivo de sentinela⁴⁶ e patrulha, pois apesar das diferenças dos agressivos ambientes de guerra, trata-se de um território distinto e igualmente hostil onde os militares, geralmente soldados, são expostos ao medo e à tensão. As menções encontradas sobre as perdas em geral são de campos minados ocultos que causavam baixas nos primeiros anos de atuação⁴⁷ além dos acidentes e de pouquíssimas baixas de alguns remanescentes da retirada da força em 1967. Um levantamento realizado por Paulo Roberto C. Tarris da Fontoura apresenta sete militares falecidos na I UNEF: Nilton Alves Pereira, Soldado, por afogamento acidental

⁴³ FEHRENBACH, T. R. A heresia de Hammarskjöld. In : _____. *op. cit.*, p. 314 – 343. Sobre a ONUC, ver também GORDON, K. *As Nações Unidas no Congo: em busca da paz*. Rio de Janeiro: Bloch, 1965. Além de BLOOMER, D. R. *Violence in the Congo: a perspective of United Nation's Peacekeeping*. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1984/BDR.htm> Acesso em: 14 abr. 2005

⁴⁴ BOYD, *op. cit.*, 176.

⁴⁵ POWER, S. Ruanda: “atenha-se a ouvir”. In: *Genocídio: a retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 378 – 444.

⁴⁶ Um veterano ao escrever sobre a missão cita um elemento conhecido como “cafa: uma perturbação mental originada pela monotonia do deserto”. AZEVEDO, S. S. P.. *Em nome da Paz: memórias da missão Suez*. Brasília: Gráficos Charbel, 1996. p. 41.

na área da missão em 02/06/1957; Miguel Braz da Silva, Soldado, por um incêndio acidental na área da missão em 01/04/1958; Raimundo Moreira de Freitas, Soldado, atingido acidentalmente na sala de tiro na área da missão em 24/05/1958; Benedito Ribamar Ferreira Viana, Soldado, atingido por um disparo acidental por parte de um sentinela na área da missão em 16/07/1958; Arno Shempp, Soldado, atingido acidentalmente na área da missão em 09/12/1962; Antônio Salvador da Silva, Soldado, em um acidente sofrido em visita às pirâmides no Egito em 07/04/1964; Adalberto Ilha de Macedo, Sargento, atingido por um disparo no acampamento 'Rafah' por ocasião da deflagração da Guerra dos Seis Dias, em 05/06/1967.⁴⁸

Um aspecto importante a ser pesquisado e melhor entendido consiste no fato da memória tornar-se um discurso ao longo do tempo, o que segundo Pollak consiste no trabalho de “analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.”⁴⁹ Podemos associar tal idéia ao fato de que a Associação adotou regras que evidenciam a formação de um discurso comum e institucionalizado, e por vezes reformado ou com deformações. Evidência clara de tal condição está no fato de que em determinado momento houve por parte dos dirigentes uma tentativa de limitação das pessoas autorizadas a falar em nome da instituição. Tal proibição evidencia que alguns aspectos não deveriam ser mencionados, ainda que verdadeiros. Isso comprova a existência de uma espécie de hierarquia que ocorre na prática entre os agentes estudados. Le Goff entende o fenômeno como uma espécie de “amnésia”, que, “coletiva ou individual, voluntária ou involuntária, causa perturbações graves nas identidades coletivas.”⁵⁰ O que se percebe é que em algumas ocasiões a própria hierarquização militar da instituição maior, no caso o Exército, é transplantada para as associações de veteranos.⁵¹ No nosso caso, pelo menos no momento desta pesquisa, não parece haver obediência a este tipo de observação na organização, pois o atual presidente da Associação paranaense serviu como soldado durante a missão, sendo desligado do Exército, como tantos outros, ao retornar. Apesar disso, alguns indivíduos passam a ter um peso maior na participação efetiva da formação de uma memória coletiva, conforme o nível cultural ou a intensidade das atividades.

⁴⁷ BOYD, op. cit., p. 177

⁴⁸ FONTOURA, op. cit., p. 230.

⁴⁹ POLLAK, op. cit., p. 4.

⁵⁰ LE GOFF, J. Memória..., p. 12.

⁵¹ NASS, op. cit. 137 .

Utilizamos em nosso trabalho alguns relatos com um caráter jornalístico, literário e memorialista⁵² publicados em livros por ex-integrantes da I UNEF. São poucos, mas parecem buscar objetivos semelhantes. Em suma, representam manifestações escritas das vivências, experiências e memórias presentes e associadas às outras formas de manifestação, que não as mencionadas. Ou seja, parte destas “histórias pessoais” faz parte de um discurso comum do qual os veteranos se apropriam. Isso parece conter aspectos positivos e negativos aos objetivos das associações, pois ao mesmo tempo em que esses elementos comuns, ao serem expressos nos relatos, passam a adquirir cada vez mais um caráter de “verdade” e de discurso institucionalizado, complicam e acentuam um caráter depreciativo ao trazer a tona algo que a associação buscava esquecer, calar ou omitir.

Segundo Pollak, as “lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”. Ao fenômeno, o autor denomina “enquadramento da memória”, segundo o qual “a memória é guardada e solidificada nas pedras.”⁵³ A este enquadramento podemos associar tanto a tentativa de formatação comum do discurso quanto a monumentalização dos documentos. Segundo Le Goff, esse processo “resulta de um esforço para impor ao futuro (...) determinada imagem de si próprias.”⁵⁴ A oficialização de determinada memória ocorre muito mais eficazmente a partir do momento em que ela passa a fazer parte de um monumento, seja ele uma placa comemorativa, uma casa de cultura, um painel, ou qualquer outra espécie de “lugar de memória”.

Segundo Ferraz, os veteranos de guerra, ou no nosso caso, os participantes de uma missão de paz, constituem,

naturalmente uma comunidade de memória, por sua experiência pessoal em eventos em que outros não participaram. Embora um veterano não conheça mais que alguns poucos companheiros fora da unidade em que combateu, considera todos os companheiros desconhecidos membros de a mesma comunidade identitária. Porém, seus familiares, amigos, instituições e até mesmo pessoas

⁵² Para citar alguns dos trabalhos: ANDRADE, R. B. *Batalhão Suez... fora de forma, marche!*: missão árdua ou tempo perdido? Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1985; DOURADO, J. J. *Oriente Médio: Batalhão Suez*. Petrópolis: Vozes, 1963.; AZEVEDO, S. S. P.. *Em nome da Paz: memórias da missão Suez*. Brasília: Gráficos Charbel, 1996.; ZOUAIN FILHO, S. *Histórias de Suez: aventuras de nossos soldados*. Vitória, Edição do Autor, 2003.; BARROS, F. C. de. *Na fronteira das ilusões*. 1^o ed. Porto Alegre: FCB Consult, 1998.; MAGALHÃES, D. A. *Será que valeu a pena?* Edição do Autor. São Paulo: 2004

⁵³ POLLAK, op. cit., p. 9.

⁵⁴ LE GOFF, Documento..., p. 548.

que lhes são desconhecidas podem também participar dos esforços de construção e reconstrução contínua dessas lembranças.⁵⁵

Entendemos tais considerações relevantes para nossa pesquisa, pois apesar de tratar-se de vinte contingentes, enviados ao longo de dez anos, vivendo situações diferentes em tempos distintos, após a organização em uma associação passam a fazer parte de uma comunidade que buscará rememorar aspectos que lhe são comuns. Talvez aqui esteja também a explicação para o problema supracitado da formação de um discurso comum aos associados e, quiçá, para o fato da limitação estabelecida para os membros autorizados a falar sobre a missão. O fato de tratar-se de inúmeras experiências, traria uma série de interpretações, o que dificultaria a formação de uma identidade comum. Isso auxilia-nos também no entendimento da necessidade de formação de tal discurso para objetivos específicos. Usando Halbwachs, podemos entender de que maneira a formação dos discursos comuns busca “aparar as arestas”, tornando a memória coletiva em um discurso coeso, que desative, ao longo do processo histórico de formação das memórias, os conflitos de memória.

Vemos outro fato interessante, no caso da Associação em questão. Ela surge com o objetivo de envolver os ex-integrantes do Batalhão Suez, brasileiros que pertenceram à UNEF. Porém, com o tempo, passam a integrar um universo mais amplo, aceitando elementos materiais relativos à outras missões para complementação do acervo museológico pertencente à organização, bem como recebem como membros veteranos de qualquer outra força de paz da qual o Exército Brasileiro tenha participado, ou até mesmo outros envolvidos na missão, como é o caso específico de alguns árabes que se tornaram elementos de análise e homenagens por parte da associação.

As evidências podem ser percebidas na análise das fontes pertencentes ao acervo do museu chamado “Acervo Histórico Batalhão Suez”, localizado no 20º Batalhão de Infantaria Blindada, em Curitiba e nas comemorações realizadas pela Associação, quando são convidados e algumas vezes homenageados veteranos pertencentes a outras forças residentes em Curitiba, como por exemplo, brasileiros participantes da UNAVEN, em Angola e da UNPROFOR, na Ex-Iugoslávia.

Além disso, outra fonte revela uma mudança de nome na Associação, passando de

⁵⁵ FERRAZ, . op cit. p. 18.

“Associação Batalhão Suez – Regional Paraná”, para “Associação Brasileira de ex-Integrantes de Forças de Paz da ONU – os Boinas Azuis.” A nova conjuntura que se estabelece parece resultar numa imensa abertura para a integração de outras memórias, o que parece dificultar expressivamente algumas identificações das interpretações. Por exemplo, ao observarmos o Museu pertencente à Associação em Curitiba, percebemos inúmeras menções à outras forças de paz com participação brasileira, como por exemplo alguns objetos e cartazes relativos as missões em Angola (UNAVEM), em Moçambique (ONUMOZ), no Timor Leste (UNAVET), na antiga Iugoslávia (UNPROFOR) e sobre a atual missão de paz estabelecida no Haiti (MINUSTAH).⁵⁶ Tal atitude representa uma estratégia para aumento de efetivo e de perpetuação da associação, tendo em vista a tendência à extinção da qual são sujeitos os veteranos.

Além disso, parece também conter um elemento complicador para a formação dos discursos, no sentido de que isso possa resultar simplificações nas construções das memórias ou na percebida busca por uma fala comum a todos os Boinas Azuis que passem a integrar a Associação, diluindo assim elementos específicos da Missão Suez.

Dentre nossas fontes estão aqueles que participam diretamente das ações e que representam estimáveis subsídios para a pesquisa proposta, os próprios veteranos. Utilizando-nos desses “agentes de memória”, entendemos que algumas questões apenas estarão presentes nas falas dos atores. Assim, recorreremos ao recurso de entrevistas orais para entendermos as presenças e ausências da memória.

Alguns aspectos respeitantes ao processo de elaboração desta memória por parte das associações somente poderão ser elucidados através do uso contíguo de documentação escrita e de história oral. No que diz respeito às metodologias de trabalho e

⁵⁶ Após a participação desta primeira missão de paz da ONU, o Brasil participou das seguintes missões: iniciando com a I UNEF, depois tendo participações na ONUC (no Congo); UNSF (no Iran Ocidental); na DOMREP (na República Dominicana); na UNIPOM (entre a Índia e Paquistão); na UNFICYP (no Chipre); na UNAVEN I e II (em Angola); na ONUCA (na América Central); na ONUSAL (em El Salvador), na ONUMOZ (em Moçambique); na UNOMUR (em Uganda e Ruanda); na UNPROFOR (na antiga Iugoslávia); na UNTAC (no Camboja); na UNOMIL (na Libéria); na MINUGUA (na Guatemala); na UNOMSA (na África do Sul); na UNAVEM III (em Angola); na UNCRO (na Croácia); na UNPREDEP (na Macedônia); na UNTAES (na Eslovênia Oriental); na UNMOP (na Península de Prevlaka), na MONUA (em Angola); na UNAVET (no Timor Leste); num total de 11.669 pessoas, sendo 11302 militares, 289 policiais e 76 observadores civis. Os dados foram tirados de FONTOURA, op. cit., p. 199-205. Na Guatemala, na Macedônia, na Península de Prevlaka e no Timor Leste as missões estendiam-se até o ano de publicação do livro, (1999) sendo necessário também a atualização dos dados quantitativos apresentados. Além destas, atualmente o Brasil participa ativamente de uma missão de paz da ONU no Haiti.

na possível integração das fontes orais com outros documentos, o trabalho de Paul Thompson indica que, “a evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada e citada paralelamente ao material de outras fontes.”⁵⁷

Metodologicamente, utilizaremos o procedimento histórico para confirmar as evidências percebidas através da memória do grupo. Poderá haver, portanto, um cruzamento de fontes de naturezas distintas, mas que apresentam possibilidade de serem analisadas a partir de um rigor científico comum. Segundo Pollak, “Fora dos momentos de crise”, as chamadas por ele de “memórias subterrâneas são difíceis de localizar e exigem que se recorra ao instrumento da história oral”, pois se trata de um procedimento que parte das memórias individuais revelando “um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e as contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais.”⁵⁸ Não apenas a questão do esquecimento parece relevante no caso dos veteranos do Batalhão Suez, mas também levantamos a hipótese de uma luta contra alguns tipos de depreciações, boatos e fofocas sobre os militares enviados ao Oriente Médio. Isso é perceptível quando tentamos esclarecer a problemática das inúmeras motivações que fazem com que o grupo inicie atividades de reunião, organização e comemoração de seu passado comum. Podemos associar a isso o fato mencionado da existência de uma luta contra fatores que buscam diminuir a importância das atividades à qual o grupo social participou e às inculpações contra as quais lutam.

A própria ONU, ao longo de sua trajetória histórica, é muitas vezes alvo de inúmeras acusações e restrições de suas atividades. Desde os filmes “hollywoodianos”, onde seus membros aparecem como seguidores de uma desnecessária e extremada burocracia, geralmente vinculados à idéia de que são facilmente corruptíveis, até aos quadros efetivamente políticos da realidade internacional.

Sobre esse tipo de acusação no que se refere aos trabalhos realizados na ONU, vemos um artigo do jornal francês “Combat” de 1948, em que aparece uma irônica crítica: “A Onulândia é um país montanhoso situado junto à fronteira oriental do Trocadero. É um país industrializado. Produz cópias mimeografadas de discursos e espera no próximo futuro produzir também uma substância extremamente rara chamada paz”.⁵⁹

⁵⁷ THOMPSON, P. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 305.

⁵⁸ POLLAK, op. cit., p. 12.

⁵⁹ BOYD, op. cit., p. 47 e 63.

Andrews Boyd, por exemplo, explorando a construção dos mitos em torno da instituição, mostra de que maneira a ONU, passa a enfrentar protestos desde os tempos de sua criação: desde “mera sociedade conflituosa” que “procura apenas discussões”, ou com os agravantes da guerra fria, vista como “nada mais do que uma plataforma para propaganda comunista” ou como auxiliar do sistema, ou por outro lado, apresentada pelos comunistas como uma “engrenagem dominada pelos americanos para mal dos povos do mundo” e como uma instituição “dominada por agressivas forças imperialistas”⁶⁰

Especificamente no período de formação da UNEF, as críticas ao Secretário - Geral aparecem no sentido de mostrar a ONU como um campo de interesses e como algo extremamente burocrático e ineficiente, com reuniões repetitivas, cansativas, improdutivas, prolixas e enfadonhas⁶¹ em que se votava e discursava em demasia.⁶²

Em tal situação começam a ocorrer mudanças a partir da década de 60 com o aumento significativo de países membros na ONU. Não que tais construções tenham atingido diretamente a imagem dos ex-participantes do Batalhão Suez, mas algumas das acusações mencionadas são a de passividade e de inoperância da ONU e daqueles que dela participam. Por exemplo, tornam-se presentes menções de que soldados participantes do Batalhão Suez estariam indo passear no Oriente Médio, fazendo turismo, ganhando salários maiores e trabalhando com determinadas mordomias. Determinada documentação analisada aponta para uma certa disputa na época das seleções para recrutamento dos militares que passariam a compor o Batalhão Suez. Grande parte das fontes analisadas constantes no Arquivo Histórico do Exército são referentes às cartas de recomendação de superiores para soldados e oficiais que seriam analisados para comporem a força.

Sobre as acusações mencionando turismo, vemos que haviam realmente os chamados “*leaves*”, viagens fornecidas e pagas pela ONU para os participantes da missão. Era possível escolher um dos pontos turísticos próximos à região da missão e tirar uns dias de folga. Na tentativa de entender o surgimento de tais insinuações sobre a viagem e o estado de bem estar dos pracinhas em Suez, um dos entrevistados entende que as saídas realizadas eram oportunidades que foram concedidas pela ONU como parte das estratégias para “elevantar a moral de cada elemento da missão.” No mesmo depoimento, Theodoro da Silva Junior entende as depreciações como preconceitos que tem como

⁶⁰ BOYD, *op. cit.*, pp. 9 – 10 e pp. 36 –7.

⁶¹ Idem. P. 57 - 9

objetivo “diminuir o valor histórico da missão.” Além disso, para ele, as notícias que os parentes que ficavam no Brasil recebiam tinham que ser as melhores possíveis, os problemas e dificuldades da missão não eram mencionados, e desta forma geravam a idéia de que se tratava de uma experiência válida, em que o jovem estaria desfrutando de momentos agradáveis.⁶³

Fato é, que, tais períodos de folga com os passeios oferecidos pela ONU passam a fazer parte da memória de modo efetivo e presente entre os membros da instituição. Uma das hipóteses para o próprio surgimento das iniciativas para a organização entre os veteranos é justamente o combate às acusações. Pollak define as associações como redes de sociabilidade afetiva e/ou política, entendendo a memória como “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, que se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.” Precisamos, portanto, entender os objetivos das tentativas de organização, das reivindicações e das negociações das quais participam. Segundo o mesmo autor, “a referência ao passado serve para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”.⁶⁴

Outro fator de análise é o silêncio que se deu entre o final da missão, em 1967, e a fundação da primeira associação, no Brasil, de veteranos, relacionada à I FENU, no ano de 1978, em Curitiba. Michel Pollak nos ajuda a entender os aspectos do silêncio, buscando compreender as “memórias subterrâneas” analisando as dificuldades e bloqueios, as considerações sobre o valor imediato das lembranças compartilhadas ou reprimidas, as possibilidades e impossibilidades de comunicação. Em suma, as condições em que socialmente se produz o silêncio, por pressão coletiva ou conveniência pessoal, até que a memória possa sair de sua letargia e eventualmente atuar como alavanca para reivindicações.⁶⁵

No caso de certas comunidades de memória, ou seja, de grupos sociais que possuem, dentre seus membros, identidades construídas pelas experiências de um passado em comum, as relações com outros grupos sociais maiores e com a sociedade

⁶² FEHRENBACH, op. cit., p. 313.

⁶³ SILVA JUNIOR, T. da. Entrevista. Curitiba, 14 ago. 2004.

⁶⁴ POLLAK, op. cit., p. 9.

⁶⁵ Citação de POLLAK por MENESES, op. cit., p. 19. 150

como um todo, impõem algumas práticas como a assimilação, a negociação, e até o conflito.⁶⁶

Buscaremos entender isso associando com as conjunturas históricas vivenciadas pelos Boinas Azuis da I FENU. Pollak, por exemplo, afirma que “as transmissões permanecem intactas até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação”.⁶⁷ Segundo Meneses, “a memória (...) tem fornecido munição para confrontos e reivindicações de toda espécie.”⁶⁸ Esse momento do qual os autores referem-se, para os nossos atores parece ter surgido com o início da abertura política, o chamado arrefecimento do regime militar vigente no Brasil ocorrido em finais da década de 70. Exemplo supracitado é o do alinhamento automático do regime com os interesses dos EUA com conseqüente auxílio brasileiro na intervenção militar em São Domingos, na operação internacional promovida pela OEA em 1965.

Entendemos que de alguma forma as limitações impostas pelo governo na época representavam um impedimento ou ofuscavam alguns tipos de manifestação como as de grupos sociais desta natureza militar e reivindicatória. As reivindicações percebidas parecem ser de dois tipos, da manifestação de um legado histórico que precisava ser perpetuado através da construção histórica e outra de um caráter contestatório e indenizatório. Isso tem sido evidenciado através das entrevistas orais. Apesar da justificativa oficializada do caráter de confraternização, das comemorações anuais das quais são participantes, da integração e negociações com as Forças Armadas, há inúmeras fontes mencionando o caráter reivindicatório das associações.

⁶⁶ FERRAZ, op. cit., p. 17.

⁶⁷ POLLAK, op. cit., p. 7.

⁶⁸ MENESES, op. cit., p. 9.

2 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Este capítulo pretendeu apontar alguns aspectos que são analisados ao longo da pesquisa, pois se tratam de conceitos e idéias que se articulam aos outros capítulos. A idéia é que não houvesse uma parte teórica desvinculada das demais. Percebemos uma historicidade nas ações da associação de veteranos militares que deve ser analisada em seus diversos aspectos. No caso destes grupos sociais, a construção da memória e de uma identidade coletiva possui inúmeras formas de manifestação e esta multiplicidade parece estar relacionada com o caráter de revezamento da missão que permitiu diferentes regionalismos e aspectos culturais diversificados nas iniciativas de rememoração. No caso do Batalhão Suez, o fato de se tratarem de integrantes de vários contingentes, hoje espalhados por quase todos os Estados brasileiros, faz com que esta construção se torne ainda mais complexa e pluralizada. Somam-se a isto as variadas relações estabelecidas com as Forças Armadas, as formas de comemoração presentes nesta instituição e as relações com a sociedade como um todo. Tentamos verificar se as tentativas de unificação dos discursos na oficialização dos mesmos conflitam com as múltiplas interpretações insurgentes ao longo do processo histórico de formação identitária. Além disso, buscou-se perceber como e porque isso influencia nas atividades e vivências da associação. Tal complexidade pode ser vista como uma peculiaridade da força de paz, pois se trata de uma grande diversificação por serem lembranças referentes às diferentes situações ao longo dos dez anos de atuação.

Partindo das considerações conceituais apresentadas, é possível que seja desenvolvido o exame das fontes empíricas, analisando-as buscando detectar elementos contidos nas hipóteses de nosso trabalho. Os pressupostos teóricos nos auxiliaram não apenas na crítica das fontes orais, mas também nos diversos elementos ligados à preservação da memória do grupo, o que permitiu também o cruzamento e a apreciação integrada das fontes.

A noção de memória apresentada em nossa pesquisa vincula-se às idéias de Jacques Le Goff em dois aspectos principais: a memória enquanto objeto de análise e a memória como um instrumento metodológico. Tal noção auxilia-nos na compreensão das formas de sua construção, das possíveis intenções e quais os resultados das ações planejadas e executadas pelo grupo social. Como instrumento metodológico as idéias do

autor, vinculadas às de outros, representam fundamentais subsídios nas análises não apenas das fontes diretamente vinculadas à oralidade, mas nos vínculos estabelecidos entre estas e as demais fontes documentais escritas.

Entendemos a memória, segundo esta ótica apresentada por Le Goff, como um “elemento essencial da identidade” dos veteranos analisados, pois a exteriorização e a divulgação das lembranças os torna participantes e representantes de um grupo social específico e estabelece as relações com outras entidades e com a sociedade. A busca pelas lembranças e pela construção desta memória é por ele apresentada como atividade fundamental dos indivíduos da sociedade atual, sendo a dominação das recordações e da tradição uma forma de controle da memória e por consequência, um instrumento de poder. Além disso, destacamos a função científica da memória como um elemento de avanço, apresentada por Le Goff, no sentido de que “a democratização da memória social” deve tornar-se um instrumento para libertação, participação e um espaço para manifestações semelhantes às que vemos sendo construídas pelos veteranos do Batalhão Suez.

O entendimento da memória construída ao longo dos anos elucida a trajetória histórica da associação de veteranos estudada, tendo sido um dos objetivos principais identificar a importância destas iniciativas, os constrangimentos pelos quais operam os indivíduos envolvidos e quais as relações dos integrantes com a sociedade e com as instituições pelas quais um dia trabalharam. O que se percebe é que muitas vezes os membros do grupo social mais ativamente envolvidos com os processos de rememoração prossegue identificado com a instituição que um dia serviram. Além disso, as comemorações e lembranças do grupo estão relacionadas à missão de modo seletivo e integrado às múltiplas memórias por eles adotadas, como manifestações de uma verdade histórica da qual compartilham e vivenciam e que passa a ser arquitetada através da incorporação de certos elementos vistos como importantes sob determinadas circunstâncias, e por isto trazidos à tona pela memória social e coletiva.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, R. B. *Batalhão Suez... fora de forma, marche!:* missão árdua ou tempo perdido? Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1985.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. (orgs.) *Memória e (Res)sentimento:* Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- AZEVEDO, S. S. P.. *Em nome da Paz:* memórias da missão Suez. Brasília: Gráficos Charbel, 1996. p. 41.
- A PAZ do Brasil para o Haiti. *Revista Verde-Oliva.* Ano XXXI, nº 181, Abr/Mai/Jun 2004.
- BARROS, F. C. de. *Na fronteira das ilusões.* 1^o ed. Porto Alegre: FCB Consult, 1998.
- BLOOMER, D. R. *Violence in the Congo:* a perspective of United Nation's Peacekeeping. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/report/1984/BDR.htm> Acesso em: 14 abr. 2005
- BOSI, E. *Memória e sociedade.* Lembranças de velhos. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Estado Maior do Exército. Missão de Paz Internacional (Exército Brasileiro Instrumento de Paz no Oriente Médio) in: *História do Exército Brasileiro:* Perfil militar de um povo. Vol. 3. Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1972.
- CONNERTON, P. *How societies remember.* Cambridge: University Press, 1989.
- DOURADO, J. J. *Oriente Médio:* Batalhão Suez. Petrópolis: Vozes, 1963.
- FEHRENBACH, T. R. A heresia de Hammarskjöld. In : _____. *op. cit.*, p. 314 – 343.
- FREUD, S. *El Porqué de la guerra.* Carta enviada à Albert Einstein, 1932.
- FREUD, S. *Psicanálise da guerra.* Ed. San Remo: São Paulo, s/d.
- FREUD, S. *Psicologia das Massas.* Rio de Janeiro. Imago, 1970.
- GORDON, K. *As Nações Unidas no Congo:* em busca da paz. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.
- GOULART, M. R. O Batalhão de Força de Paz em Operações. In: *A Defesa Nacional.* Ano 85, nº 783, 1000. Quadrimestre de 1999. p. 95 – 110.;
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.
- KERSTEN, M. S. de A. *Os rituais de Tombamento e a escrita da História:* bens tombados no Paraná entre 1938 e 1990. Curitiba: UFPR, 2000.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In : *ENCICLOPÉDIA Einaudi* v. 1, Memória/História. Porto : Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 95 - 106.

LE GOFF, J. Memória. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. v. 1, Memória/História. Porto : Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

MARETTI, W. A. *O exército e a política externa brasileira no Brasil contemporâneo*. In: Revista do Exército Brasileiro. Vol 133, 2. trimestre de 1996. p. 7-18.

MAGALHÃES, D. A. *Será que valeu a pena?* Edição do Autor. São Paulo: 2004

MENESES, U. B. Freud Arqueólogo. In: *Atlante*, 3: pp. 60-66, 1990.

MENESES, U. B. de. História, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n.34, 1992. p. 20.

NASS, Sirlei de Fátima. *Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses. (1943 – 1951)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2005

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993, p.07-28.

OLIVEIRA, D. de. *Cultura e Poder nas cerimônias militares das Forças Armadas brasileiras: o caso de Monte Castelo*. Revista Eletrônica Academia Montese. Disponível em: www.academiamontese.ig3.net Acesso: 11 set. 2002.

PETRY, A. O atoleiro em que o Brasil se meteu. In: *Revista Veja*. Ed. 1883, a. 37 n. 49. 8 dez. 2004. p. 130 – 142.

PIRES, L. Os militares a serviço das Nações Unidas. In: *Revista do Exército Brasileiro*. Vol 133, 2. trimestre de 1996. p. 85-88.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3.

POWER, S. Ruanda: “atenha-se a ouvir”. In: *Genocídio: a retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 378 – 444.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 95.

SIMÃO NETO, A. Nova História, Novo Museu? In: *História: Questões e Debates*. Ano 9, n. 17. Curitiba, Dez. 1988. p. 258

THOMPSON, P. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 305.

WINTER, J.; SIVAN, E. (eds.). *War and remembrance in the Twentieth Century*. London:

Cambridge University, 1999.

ZOUAIN FILHO, S. *Histórias de Suez: aventuras de nossos soldados*. Vitória, Edição do Autor, 2003.

Entrevistas utilizadas neste trabalho:

BAÇON, Isidoro. *Entrevista*. Curitiba, 03 jul 2004

SILVA JUNIOR, T. da. *Entrevista*. Curitiba, 14 ago. 2004.